

PROCESSO Nº 23.671/2025

FLS. _____ RUBRICA _____

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DO DEMANDANTE

1.1 Solicitação feita através da Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública, localizada na Avenida Saquarema, 5.345 – Bacaxá, Saquarema, CEP 28994-711.

2. DO OBJETO

2.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de 06 (seis) reboques náuticos para transporte de jet ski, destinados às operações do SALVAMAR, conforme especificações técnicas descritas neste documento;

2.2 Os reboques deverão atender às normas do CONTRAN, bem como às condições e características estabelecidas neste Termo de Referência;

2.3 Aplicam-se ao objeto deste Termo de Referência as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, bem como os Decretos Municipais nº 2.722/2024 e 2.723/2024;

2.4 O objeto enquadra-se como bem comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021, tratando-se de fornecimento de natureza não contínua, com características padronizadas no mercado, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa mediante critérios objetivos.

2.5 Considerando a necessidade imediata de atendimento operacional e a compatibilidade do objeto com a hipótese legal prevista no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, a contratação será processada por meio de **dispensa de licitação**. O orçamento estimado foi elaborado e juntado aos autos pelo Departamento de Compras, conforme fluxo procedimental interno.

PROCESSO Nº 23.671/2025

FLS. _____ RUBRICA _____

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1 A necessidade da aquisição decorre das atividades desempenhadas pelo SALVAMAR, que realiza patrulhamento marítimo, salvamento e resgate ao longo da orla do município. Tais ações demandam reboques próprios, seguros e adequados para o transporte diário dos jet skis utilizados em serviço;

3.2 Os equipamentos atualmente utilizados apresentam desgaste e limitações operacionais em função do uso intensivo, da exposição contínua à maresia e do transporte em terrenos arenosos, sendo indispensável a renovação da frota de reboques para garantir segurança, agilidade e eficiência nas ações emergenciais,

3.3 Os reboques serão utilizados para:

- deslocamentos operacionais dos jet skis;
- retirada rápida da embarcação da água em situações de emergência;
- manutenção periódica dos equipamentos;
- suporte logístico às ações preventivas diárias.

3.4 Considerando a exposição permanente ao ambiente litorâneo (areia, sal, umidade), é imprescindível que os equipamentos sejam resistentes à corrosão marinha, justificando a especificação de estrutura em alumínio naval e componentes anticorrosivos.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

4.1 Reboque Náutico – Especificações Mínimas

1. Estrutura

PROCESSO Nº 23.671/2025

FLS. _____ RUBRICA _____

- Construção em alumínio naval estrutural (liga 6061-T6 ou superior), resistente à maresia.
- Soldas TIG ou MIG próprias para alumínio.
- Capacidade compatível com jet skis de até 350 kg.

2. Sistema de Roldanas/Roletes

- Roletes centrais e laterais em poliuretano ou PVC náutico de alta resistência.
- Eixos dos roletes em aço inox (preferencialmente) ou galvanizado a quente.
- Estrutura de regulagem para diferentes formatos de casco.
- Sistema projetado para facilitar a subida do jet ski com mínimo atrito.

3. Guincho Frontal

- Guincho manual com catraca e trava de segurança.
- Cabo ou cinta de alta resistência, adequado para uso náutico.
- Altura ajustável para diferentes modelos de jet ski.

4. Roda, Eixo e Suspensão

- Eixo reforçado galvanizado a quente.
- Cubos vedados e próprios para uso em água salgada.
- Rodas compatíveis com o peso do conjunto, incluindo estepe (opcional).
- Pneus adequados para uso em areia e terreno irregular.

5. Iluminação e Elétrica

- Sistema de iluminação traseira em LED.
- Conexão elétrica padrão 7 polos.
- Luminárias com proteção para submersão (IP67 ou superior).

PROCESSO Nº 23.671/2025

FLS. _____ RUBRICA _____

6. Engate e Cabeçalho

- Engate frontal padrão ABNT, para esfera de 50 mm.
- Correntes de segurança reforçadas.
- Rodízio dianteiro retrátil.

7. Pintura, Proteção e Acabamento

- Estrutura natural em alumínio (não exige pintura).
- Parafusos, porcas e fixadores em **aço inox**.
- Para-lamas em alumínio ou plástico reforçado.

8. Documentação

- Nota fiscal com dados completos do reboque.
- Manual de manutenção básica.
- Certificado de garantia mínima de 12 meses.

9. Manutenção, Garantia e Peças de Reposição

Tendo em vista o uso contínuo do objeto em tela e sua exposição direta à maresia, a CONTRATADA deverá fornecer, juntamente com cada unidade entregue, um kit básico de peças de reposição, destinado à manutenção preventiva inicial, contendo, no mínimo:

- 01 (um) par de rolamentos compatíveis com o cubo instalado;
- 01 (um) cabo de aço adicional para o guincho manual;
- 02 (duas) roldanas de substituição;
- 01 (um) jogo de parafusos, porcas e arruelas inoxidáveis;
- 01 (um) conjunto de lâmpadas/leds e conectores do chicote elétrico;
- 02 (duas) ponteiros de borracha (para-choque de encosto).

9.1 Essas peças complementares deverão ser originais, novas e compatíveis com o modelo fornecido, vedada a entrega de itens reutilizados ou de procedência duvidosa;

PROCESSO Nº 23.671/2025

FLS. _____ RUBRICA _____

9.2 A CONTRATADA deverá apresentar, no ato da entrega, a relação completa das peças que possuem desgaste natural e que demandam substituição periódica para manter a segurança operacional dos reboques, incluindo, mas não se limitando a:

- rolamentos e cubos de roda;
- feixes de mola ou suspensão equivalente;
- cabos de aço;
- roldanas, guincho e mecanismos de tracionamento;
- chicote elétrico, lâmpadas e conectores;
- pneus e válvulas;
- itens de fixação (parafusos, buchas, porcas, travas e suportes).

A substituição dessas peças, quando necessária, será de responsabilidade da Administração, por se tratar de itens de desgaste natural.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

5.1 A aquisição visa garantir que o SALVAMAR disponha de reboques seguros, resistentes e adequados ao ambiente marinho, garantindo maior eficiência operacional, principalmente em ações emergenciais.

5.2 Considerando o ciclo de vida do objeto, a solução adotada — reboque em alumínio naval — proporciona:

- maior durabilidade;
- menor custo de manutenção;
- maior resistência à corrosão;
- menor risco de falhas estruturais.

PROCESSO Nº 23.671/2025

FLS. _____ RUBRICA _____

5.3 A compra visa também racionalidade administrativa, considerando o custo médio de mercado de R\$ 9.835,00 por unidade, totalizando estimativa de R\$ 59.010,00 para as seis unidades.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente deverá acontecer por conta de recursos que estão livres e não comprometidos, conforme DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA vigente da Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública, a qual aparece discriminada a seguir:

Unidade Orçamentária: 17.003 PT: 06.182.0014.1.001
ND: 4.4.90.52.01.00.00 Fonte: 1704 Ficha: 1589

7. VALOR ESTIMADO

O valor estimado para a contratação é de R\$ 59.010,00 (cinquenta e nove mil e dez reais), correspondentes à aquisição de 06 (seis) unidades, cada uma com valor unitário estimado de R\$ 9.835,00 (nove mil, oitocentos e trinta e cinco reais); apurado por meio de pesquisa de preços realizada pelo Departamento de Compras desta municipalidade, conforme consta nos autos, servindo como referência para a futura contratação.

8. CRITÉRIO DE RECEBIMENTO

8.1 As datas de entregas deverão ser rigorosamente obedecidas, não sendo permitidos atrasos. As antecipações serão permitidas com a prévia autorização;

8.2 Somente será permitido o recebimento dos objetos se estiverem de acordo com o especificado, não sendo admitindo, sob qualquer hipótese, objetos danificados;

8.3 Não será admitida a substituição dos objetos por itens distintos daqueles definidos neste Termo de Referência. A contratada deverá entregar os bens rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas, sob pena de rejeição do fornecimento;

PROCESSO Nº 23.671/2025

FLS. _____ RUBRICA _____

8.4 O descumprimento das cláusulas 8.2 e 8.3 será considerado falta grave, podendo ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e a rescisão imediata do contrato, sem prejuízo das demais medidas cabíveis;

8.5 Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o objeto substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega;

8.6 O recebimento provisório ocorrerá, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, a contar do ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, em consonância com o Decreto Municipal 2.722/24 e o disposto no § 3º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021;

8.7 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade do objeto descrito neste Termo de Referência e consequente aceitação mediante termo de recebimento.

8.8 A contratada será sujeita à fiscalização no ato da execução do objeto e posteriormente, reservando-se a esta Prefeitura Municipal, através do responsável, o direito de não receber em definitivo o objeto, caso ele se encontre em condições insatisfatórias.

8.9 O objeto contratado, terá o aceite provisório de entrega de forma que a fiscalização responsável do contrato analise, minuciosamente, a procedência de cada produto entregue e/ou serviço executado. Após análise, caso os itens estejam em ordem com o que foi solicitado neste Termo, no item 4, o fiscal aceitará os mesmos de forma definitiva; caso contrário, o recebimento dos bens/serviços será rejeitado e a empresa deverá se responsabilizar pelo não cumprimento do que foi especificado neste Termo de Referência, sujeitando-se a sofrer multas e sanções previstas no contrato e nas legislações vigentes.

PROCESSO Nº 23.671/2025

FLS. _____ RUBRICA _____

8.10 O recebimento definitivo do objeto em tela, não exclui a responsabilidade da empresa quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando sua normal utilização pela Secretaria, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8078/90).

8.11 Se houver erro na nota fiscal/fatura, ou qualquer outra circunstância que desaprove o recebimento definitivo, ele ficará pendente e o pagamento suspenso, não podendo a empresa deixar de fornecer bens/serviços em tela, até o saneamento das irregularidades.

8.12 Caso os itens sejam entregues em desacordo com os requisitos estabelecidos pela Prefeitura, ou em quantidade inferior ao estabelecido, o fornecedor deverá substituir ou complementar em no máximo 2 dias úteis.

8.13 A entrega poderá eventualmente ser suspensa ou alterada, a critério desta Prefeitura Municipal.

8.14 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos nos prazos estabelecidos, às custas do fornecedor, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A medição e o pagamento dos reboques serão realizados com base nas seguintes condições, em estrita observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021:

9.1 A medição para fins de pagamento corresponderá ao adimplemento das obrigações pela CONTRATADA, suscitado pela Ordem de Fornecimento, e formalizado pelo ateste da nota fiscal, pelos respectivos fiscais do contrato, na Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública, nos seguintes termos:

- a) O fiscal do contrato, após receber a Nota Fiscal/Fatura, terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para realizar a conferência dos objetos, atestando sua conformidade com o que foi solicitado e aprovado.

PROCESSO Nº 23.671/2025

FLS. _____ RUBRICA _____

b) O ateste na Nota Fiscal/Fatura, que configura o recebimento definitivo do objeto contratado, é o ato que formaliza o cumprimento da obrigação pela CONTRATADA e autoriza o prosseguimento para as etapas de liquidação e pagamento.

c) Caso sejam identificadas inconformidades ou glosas, o fiscal do contrato notificará a CONTRATADA para que realize as correções necessárias, ficando o prazo de pagamento suspenso até a regularização completa da pendência.

9.2 O pagamento será efetuado através de depósito bancário, mediante apresentação do documento fiscal competente, juntamente com os documentos pertinentes.

9.3 O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto contratado.

9.4 Da Liquidação e do Pagamento

9.4.1 A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como seus dados bancários e cadastrais devidamente atualizados.

9.4.2 A atualização monetária, quando couber, será calculada pela aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, apurado pro rata die entre a data final para o pagamento e a data do efetivo crédito em conta da CONTRATADA.

9.5 Das Retenções e Glosas no Pagamento

9.5.1 A CONTRATANTE reserva-se o direito de reter ou glosar, total ou parcialmente, o pagamento dos valores devidos à CONTRATADA, após o devido processo legal, para ressarcir a Administração de quaisquer custos, prejuízos ou danos causados por falha, negligência ou dolo da CONTRATADA na execução do contrato.

PROCESSO Nº 23.671/2025

FLS. _____ RUBRICA _____

10. MODO/ PRAZO/ LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

10.1 O fornecimento do objeto deverá ocorrer em até 15 dias corridos a contar da data da Ordem de Fornecimento.

10.2 Os objetos deverão ser entregues na Sede do SALVAMAR, localizada na Rua Barão de Saquarema, S/Nº, ao lado da escadaria da Igreja Nossa Senhora de Nazareth, de segunda a sexta-feira, das 9h às 16h, não se responsabilizando por entregas fora deste horário.

10.3 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

11.1 Responsabilizar-se pelo contrato com base nas disposições da Lei 14.133/21 e suas alterações;

11.2 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o pagamento do objeto contratado;

11.3 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

- a. Verificar se o objeto está de acordo com as especificações constantes no item 4 (quatro) deste Termo de Referência;
- b. Notificar à Contratada de quaisquer irregularidades encontrada(s) na prestação de serviço e/ou (s) produto(s) que impossibilite(m) sua utilização;
- c. Efetuar o pagamento no prazo estabelecido;
- d. Empenhar, para cumprimento do contrato, os recursos orçamentários necessários ao pagamento;

PROCESSO Nº 23.671/2025

FLS. _____ RUBRICA _____

11.4 Comunicar prontamente a Contratada, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5 Notificar previamente a Contratada, quando da aplicação de penalidades;

11.6 Designar um gestor e dois fiscais para acompanhar a execução do contrato;

11.7 Acompanhar a fiscalização do fornecimento do objeto pretendido, por intermédio de servidor designado pela Prefeitura Municipal de Saquarema como fiscal de contrato.

11.8 Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente Termo de Referência e todo o mais que se relacione com a futura execução contratual, desde que não acarrete ônus para a Prefeitura Municipal de Saquarema ou modificação das obrigações.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Fornecer o objeto deste Termo de acordo com a solicitação da ordem de Fornecimento, atendendo às necessidades da Contratante, a qual servirá de subsídio para emissão da nota fiscal;

12.2 Fornecer, sempre que solicitados, documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação exigidas para a contratação;

12.3 Ser o único responsável, em qualquer caso, por todos os ônus tributários Federais, Estaduais e Municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita efetivação do objeto contratual, estendendo-se como ônus tributários: pagamento de imposto, taxas, contribuições e melhoria para fiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público;

PROCESSO Nº 23.671/2025

FLS. _____ RUBRICA _____

12.4 Ser o único, integral e exclusivo responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar à Prefeitura Municipal de Saquarema ou a terceiros, provenientes do fornecimento do(s) produto(s) e/ou serviços, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do Poder Público fornecedor;

12.5 Fornecer e executar o objeto do presente termo rigorosamente no prazo pactuado, mediante requisição da ordem de entrega dos bens, assim como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo presente Termo e pela legislação aplicável;

12.6 Comunicar a contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.7 Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas para fins de contratação direta em compatibilidade com as obrigações assumidas.

12.8 Promover por sua conta a cobertura, através de seguros, dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução deste Termo;

12.9 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, disponibilizando e mantendo atualizado número de telefone móvel e endereço de correio eletrônico que permita contato imediato dos fiscais do contrato e representante da Contratada, inclusive em dias não úteis (sábados, domingos e feriados);

12.10 Indenizar em qualquer caso todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, que o(s) produtos(s) vier(em) causar à prefeitura Municipal de Saquarema ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução deste termo, respondendo por si e por seus sucessores;

PROCESSO Nº 23.671/2025

FLS. _____ RUBRICA _____

12.11 A contratada fica obrigada a reparar ou substituir no total ou em parte o objeto do contrato que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultante do transporte, da execução ou de má fabricação;

12.12 Todo o transporte a ser executado em função da entrega é de total responsabilidade da contratada, correndo por sua conta e risco, inclusive fretes, embalagens, carga e descarga;

12.13 A Contratada não poderá transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações oriundos do contrato firmado;

12.14 Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Saquarema;

12.15 Cientificar, imediatamente, à fiscalização da Prefeitura Municipal de Saquarema qualquer ocorrência anormal durante a execução contratual;

12.16 Apresentar a contratante, o nome do Banco, Agência e número da Conta Bancária, para efeito de crédito de pagamento;

12.17 A **CONTRATADA** poderá subcontratar partes do objeto, permanecendo, contudo, integral e exclusivamente responsável perante a Administração por todos os atos praticados por subcontratados, bem como pelo cumprimento de todas as cláusulas e especificações técnicas deste Termo de Referência.

12.18 A subcontratação não transfere a terceiros as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, que deverá responder diretamente por qualquer vício, defeito ou falha técnica no objeto entregue, garantindo a assistência técnica e a cobertura integral de garantia de 12 (doze) meses para todos os componentes do reboque, independentemente de sua fabricação própria ou por terceiros.

12.19 A contratada deverá fornecer materiais novos, sem uso e de fabricação recente, não sendo aceitos materiais recondicionados ou de estoque antigo que apresentem qualquer sinal de degradação ou vício de armazenamento.

PROCESSO Nº 23.671/2025

FLS. _____ RUBRICA _____

13. VIGÊNCIA DE CONTRATAÇÃO

A vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato ou retirada da Nota de Empenho, prazo que abrange a entrega do objeto e o período de garantia técnica, não se aplicando as regras de prorrogação para serviços contínuos dos arts. 106 e 107 da Lei 14.133/21.

14. CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO

14.1 Considerando que o objeto será adquirido por Dispensa de Licitação, nos termos do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, o critério de seleção da proposta será o menor preço por item, observadas as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.

“Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (Vide Decreto nº 12.807, de 2025 - Art. 75, caput, inciso II R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos))”

14.2 Nos termos do art. 62, §1º da Lei nº 14.133/2021, serão exigidos apenas os documentos pertinentes e compatíveis com a contratação direta, conforme segue:

“Art. 62, §1º: a contratação direta deve observar as regras de habilitação da lei, naquilo que couber.”

a) **Habilitações Jurídica**

PROCESSO Nº 23.671/2025

FLS. _____ RUBRICA _____

- Registro comercial (empresário individual) ou CCMEI (MEI), quando aplicável;
- Ato constitutivo e alterações, devidamente registrados, no caso de sociedade empresária;
- Documento de identificação do responsável legal.

14.3 Regularidade fiscal e trabalhista

- Inscrição no CNPJ;
- Regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- Regularidade perante o FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

14.4 Qualificação Econômico-financeira

- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial.

15. REAJUSTE DE PREÇOS.

15.1 O preço é fixo e irrevogável, considerando que o fornecimento é de natureza não contínua e com entrega imediata e integral.

15.2 Caso ocorra atraso na execução ou no pagamento por culpa exclusiva da Administração que ultrapasse o interregno de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta, o valor será atualizado monetariamente pela variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), *pro rata die*.

15.3 Eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro (revisão de preços) deverão ser formalmente motivados e comprovados pela **CONTRATADA**, conforme o art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021.

PROCESSO Nº 23.671/2025

FLS. _____ RUBRICA _____

16. FORMA DE EXECUÇÃO

16.1 A execução do contrato administrativo resultante desta dispensa de licitação deverá apresentar-se em conformidade com as cláusulas e normas estabelecidas pela Lei 14.133/2021. A contratada deverá responsabilizar-se pelas consequências de inexecução total ou parcial.;

16.2 A entrega dos produtos será realizada de forma imediata e integral;

16.3 A solicitação será formalizada por meio de uma Ordem de Fornecimento, a ser expedida pelo Gestor ou Fiscal do Contrato e enviada por meio eletrônico.

16.4 Torna-se necessário que o objeto a ser entregue esteja de acordo com as descrições técnicas específicas de cada item descrito neste termo. Caso contrário, a Contratada realizará a substituição dos materiais que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 2 dias (úteis), contados a partir da data de retirada do material das dependências da Administração pelo Contratado.

17. DAS PENALIDADES

17.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, previstas no Art. 155 e Art. 156 da Lei 14.133/2021:

I- Advertência; II- Multa; II- Impedimento de licitar e contratar; III- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

a) 1% (um por cento) do valor do objeto, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do objeto;

b) pela recusa em efetuar o fornecimento e/ou pela não realização da entrega, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo de entrega estipulado: 10% (dez por cento) do objeto;

c) pela demora em substituir o objeto rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do serviço recusado, por dia decorrido;

PROCESSO Nº 23.671/2025

FLS. _____ RUBRICA _____

d) pela recusa da contratada em substituir o objeto rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos cinco dias que se seguirem rejeição: 10% (dez por cento) do valor do material rejeitado;

e) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada nestas Condições Gerais e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento;

17.2 As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis;

17.3 As importâncias relativas a multas serão descontadas do pagamento porventura devido à contratada, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei;

17.4 A contratante poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho decorrente da dispensa, sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens anteriores e de outras previstas em lei;

17.5 A CONTRATADA poderá ser impedida de participar de licitações da Prefeitura Municipal de Saquarema/RJ pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

17.6 As sanções previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme a natureza e a gravidade da infração, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber.

17.7 A aplicação de qualquer sanção não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar os danos causados à Administração ou a terceiros, nem do cumprimento integral da obrigação principal que deu origem à penalidade.

17.8 As hipóteses e critérios relativos à extinção contratual se darão conforme Artigos 137 a 139 da Lei 14.133/2021

18. HIPÓTESES DE EXTINÇÃO CONTRATUAL

PROCESSO Nº 23.671/2025

FLS. _____ RUBRICA _____

18.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI- Razões de interesse público, nas hipóteses previstas no artigo 106 da Lei nº 14.133/2021, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante. A CONTRATANTE poderá, ainda, extinguir o presente Contrato, sem qualquer ônus, na data de aniversário de sua vigência, desde que a CONTRATADA seja comunicada, por escrito, com antecedência mínima de 2 (dois) meses quando:

- a) Não dispuser de créditos orçamentários para a sua continuidade;
- b) Entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem ou ainda
- c) Vencido o prazo contratual estipulado.

PROCESSO Nº 23.671/2025

FLS. _____ RUBRICA _____

VII - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no caput deste artigo.

§ 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;

II - Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificados no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º deste artigo observarão as seguintes disposições:

I - Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

PROCESSO Nº 23.671/2025

FLS. _____ RUBRICA _____

II - Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei de Licitações e Contratos.

§ 4º Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Art. 138. A extinção do contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - Devolução da garantia;

II - Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - Pagamento do custo da desmobilização.

PROCESSO Nº 23.671/2025

FLS. _____ RUBRICA _____

Art. 139. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do caput deste artigo ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

19. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

PROCESSO Nº 23.671/2025

FLS. _____ RUBRICA _____

19.1 Apresentação de, no mínimo, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa fornecedora, comprovando aptidão para desempenho das atividades;

19.2 Fica dispensada a exigência de alvará para Microempreendedores Individuais (MEI) que exerçam atividades de baixo risco, conforme legislação vigente.

20. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A definição dos requisitos da contratação tem por finalidade assegurar que o objeto atenda plenamente às necessidades da Administração, observando critérios de qualidade, eficiência, adequação técnica e vantajosidade, em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

20.1 SUSTENTABILIDADE

20.1.2 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, visando à mitigação de impactos ambientais, devem ser observadas as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e demais normas aplicáveis.

20.1.3 A contratada deverá adotar, naquilo que couber, práticas de sustentabilidade ambiental previstas na Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 11.246/2023 e em legislações correlatas, incluindo ações de redução de resíduos, uso racional de recursos e destinação adequada de materiais.

20.1.4 As peças, componentes ou acessórios que acompanhem o objeto deverão, sempre que tecnicamente possível, conter materiais recicláveis ou reaproveitáveis, desde que isso não comprometa a segurança, a durabilidade e o desempenho do produto.

20.1.5 Componentes, peças avulsas ou acessórios deverão ser acondicionados em embalagens adequadas e de menor volume possível, priorizando o uso de materiais recicláveis e garantindo proteção durante transporte e armazenamento.

20.1.6 A contratada deverá observar as Normas Brasileiras da ABNT relacionadas à gestão de resíduos sólidos e destinação adequada de resíduos gerados, quando aplicável.

PROCESSO Nº 23.671/2025

FLS. _____ RUBRICA _____

20.1.7 Caso haja materiais, peças ou embalagens descartáveis decorrentes da entrega e instalação do objeto, a contratada será responsável por sua destinação ambientalmente adequada, conforme legislação vigente.

20.2 SUBCONTRATAÇÃO

20.2.1 É admitida a subcontratação parcial do objeto, desde que a **CONTRATADA** mantenha a responsabilidade integral, direta e exclusiva perante a Administração pela execução de todas as etapas, bem como pela qualidade, segurança e conformidade técnica dos reboques entregues.

20.2.2 A existência de subcontratação não exime a **CONTRATADA** da obrigação de oferecer a garantia integral do objeto (chassi, componentes e sistemas), devendo esta responder por qualquer vício ou defeito, independentemente de ter sido causado por subcontratada.

20.3 DA GARANTIA

20.3.1 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

Na presente contratação não haverá exigência da garantia de execução conforme preceitua o Artigo 96 da Lei 14.133 de 2021.

20.3.2 DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS:

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, em consonância com o Código de Defesa do Consumidor;

A contratada se responsabiliza pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 24 do Código de Defesa do Consumidor;

20.3.3 Os produtos deverão ser substituídos, sem ônus para a Contratante, na hipótese de apresentarem vícios, estiverem danificados e/ou com quaisquer outras falhas;

20.3.4 DA GARANTIA TÉCNICA:

PROCESSO Nº 23.671/2025

FLS. _____ RUBRICA _____

A CONTRATADA deverá garantir cada unidade por um período mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo, cobrindo:

- falhas estruturais do chassi;
- defeitos de fabricação das soldas e pontos de fixação;
- corrosão prematura do metal não decorrente de mau uso;
- problemas no sistema de iluminação e chicote elétrico;
- defeitos no guincho manual e suportes.

Não serão cobertos pela garantia os itens caracterizados como desgaste natural, conforme relação acima.

20.3.4.1 A garantia de 12 (doze) meses é de responsabilidade única da **CONTRATADA**, que deverá centralizar todo o atendimento de assistência técnica e substituição de peças, independentemente da origem de fabricação de cada componente.

21. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

21.1 Condições de Entrega

21.1.2 É imprescindível que se cumpra o prazo e as condições estipuladas no Termo de Referência, para realização do objeto, à falta de cumprimento do prazo e condições do serviço contratado sujeitará o fornecedor as sanções e multas previstas na contratualização e legislação pertinente.

21.1.3 Os objetos contratados deverão ser entregues de segunda a sexta-feira no seguinte endereço: Rua Barão de Saquarema, S/Nº Centro- Saquarema/RJ, ao lado da escadaria da Igreja Nossa Senhora de Nazareth, sede do SALVAMAR no horário de 9h às 16h.

21.1.4 A entrega dos bens será realizada de forma imediata e integral, com solicitação através de autorização de fornecimento emitido pela secretaria. A entrega deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos a contar da data da Ordem de Fornecimento.

21.2 CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO

PROCESSO Nº 23.671/2025

FLS. _____ RUBRICA _____

21.2.1 Os objetos deverão ser armazenados em local coberto, seco, ventilado e livre de agentes corrosivos, de modo a evitar oxidação das estruturas metálicas, deterioração de pneus, componentes elétricos e demais partes sensíveis.

21.2.2 A Contratada deverá garantir que os objetos sejam entregues devidamente acondicionados e protegidos contra riscos, impactos ou abrasões durante o transporte, utilizando-se de embalagens ou proteções adequadas às características do equipamento.

21.2.3 Após a entrega, os itens deverão permanecer posicionados em superfície nivelada e segura, de forma a preservar seu alinhamento estrutural e a integridade dos eixos, rodas e sistema de engate.

21.2.4 É recomendável que a armazenagem ocorra afastada de fontes de calor, salinidade excessiva ou substâncias químicas que possam acelerar processos de corrosão.

21.2.5 Os bens serão armazenados em local a ser definido pela Secretaria demandante, devendo ser observadas as condições adequadas de armazenamento previstas neste Termo de Referência.

22. DA MEMÓRIA DE CÁLCULO

- 02 unidades patrimônio próprio, devidamente cadastradas sob os números 52291 e 52292;
- 04 unidades em regime de locação, conforme disposto no Contrato nº 139/2025, acostado aos autos.

23. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

23.1 Nos termos do art. 8 Lei 14.133/2021 e em consonância com as competências estabelecidas pelo Decreto Municipal 2.722/2024, será designado um representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário a regularização de falhas ou defeitos observados.

PROCESSO Nº 23.671/2025

FLS. _____ RUBRICA _____

23.2 A fiscalização de que trata o Decreto Municipal 2.722 de 2024, em seus Art. 21 e 22, não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 59 da Lei 14.133/2021.

23.3 O fornecedor será o único e exclusivo responsável pela execução de todos os serviços, a secretaria competente reserva-se o direito de, sem prejuízo desta responsabilidade, exercer a mais completa ampla fiscalização sobre os serviços, podendo para isso:

I- Ordenar a imediata retirada do local, bem como substituição de qualquer empregado do fornecedor que estiver sem identificação, que embarçar ou dificultar sua fiscalização ou cuja conduta julgar inconveniente;

II-Examinar o objeto deste Termo, podendo impugnar seu emprego se em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

23.4 **Ficará a cargo do gestor de contrato**, nos termos do Decreto nº 2.722/24, coordenar a atuação dos fiscais; centralizar e analisar informações, acompanhando os registros de ocorrências e relatórios produzidos pelos fiscais para identificar padrões de falhas, custos recorrentes ou problemas de desempenho da CONTRATADA. Instruir e encaminhar processos; realizar o recebimento definitivo e elaborar relatório final, consolidar, ao término da vigência, o relatório final de execução do contrato, avaliando o desempenho da CONTRATADA e os resultados alcançados.

23.5 **Ficará a cargo do fiscal técnico**, fiscalizar as condições e o gerenciamento da entrega do objeto. Ele deverá atestar se o(s) produto(s) adquirido(s) e serviços executados está (ão) de acordo com as quantidades e especificações solicitadas neste Termo de Referência (item 4), assim como atentar para o prazo de entrega, de forma que os bens sejam entregues dentro e do prazo estipulado (item 9), além de avaliar a qualidade dos serviços e materiais; registrar ocorrências técnicas e realizar o recebimento provisório.

23.6 **Ficará a cargo do fiscal administrativo**, o acompanhamento dos aspectos formais e documentais do contrato, prestando apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, sendo suas principais atribuições, conforme o Art. 22 do Decreto nº 2.722/2024:

PROCESSO Nº 23.671/2025

FLS. _____ RUBRICA _____

23.6.1 Controlar prazos e garantias, acompanhando o cumprimento dos prazos contratuais, incluindo a vigência do contrato. Além do o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, verificando a manutenção das condições de habilitação da contratada.

23.7 Ficarão reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente Processo Administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto, desde que não acarrete ônus para a Prefeitura Municipal de Saquarema ou modificação da contratação; conferir documentação fiscal; acompanhar a regularidade da contratada; gerenciar o fluxo de pagamento; gerenciar o fluxo de pagamento e) realizar o recebimento provisório (administrativo).

23.8 As decisões que ultrapassarem a competência da Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública, deverão ser solicitadas formalmente pela empresa contratada à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes;

23.9 A existência e a atuação da fiscalização em nada restringirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto contratual, às implicações próximas e remotas perante a Prefeitura Municipal de Saquarema ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução do objeto licitado e adjudicado não implicará corresponsabilidade desta Prefeitura ou de seus prepostos, devendo, ainda, a empresa contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato, ao Poder Público, dos prejuízos apurados e imputados a falhas na execução do objeto adjudicado.

23.10 Da não designação de fiscal setorial

Nos termos do Decreto Municipal nº 2.722/2024, a designação de fiscal setorial mostra-se facultativa, devendo observar a complexidade, a natureza e a forma de execução do objeto contratual.

No presente caso, o objeto contratado refere-se ao fornecimento de reboque para transporte de jet ski, a ser entregue de forma única e integral, não havendo execução

PROCESSO Nº 23.671/2025

FLS. _____ RUBRICA _____

continuada, tampouco fracionamento por unidades administrativas ou setores distintos, inexistindo atividades setoriais autônomas que justifiquem a atuação descentralizada de fiscal setorial.

Ademais, a fiscalização técnica e administrativa do contrato será exercida de forma integrada e centralizada por servidores designados, os quais detêm conhecimento técnico e atribuições compatíveis com o acompanhamento da execução do objeto, sendo suficientes para assegurar o controle, a regularidade e a adequada execução contratual.

Dessa forma, a não designação de fiscal setorial não compromete a eficiência da fiscalização, tampouco a observância das disposições do Decreto Municipal nº 2.722/2024, mantendo-se preservados os princípios da eficiência, economicidade e razoabilidade administrativa.

23.11 Fica designado para Gestor do contrato, na Secretaria de Segurança e Ordem Pública, o servidor Pedro Paulo Almeida Pinto de Andrade, matrícula nº 930720 e como fiscal técnico Cícero Francisco Alves Junior, matrícula nº 9769-1 e fiscal administrativo Carla de Albuquerque Moreira, matrícula 931036, não havendo necessidade de capacitação destes, pois trata-se de servidores aptos à fiscalização do objeto em tela.

Saquarema, 27 de abril de 2026.

Elaborado por:

Carla de Albuquerque Moreira

Matrícula: 931036

Assessora

De acordo:

Evanildo Andrade dos Santos

Matrícula: 959817

Secretário Municipal de Segurança e Ordem Pública